



# FIAT DO BRASIL S/A

CNPJ 33.171.026/0001-51

na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. iii) Investimentos mantidos até o vencimento - Ativos financeiros não derivativos com pagamentos/recebimentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Sociedade tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando ocorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva deste como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que pode ser apurado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. v) Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros - A Sociedade baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. **2.3 Passivos financeiros** - Passivos financeiros são classificados como: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou pelo valor de custo amortizado. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Sociedade estão apresentados na nota 21.2. i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. ii) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando ocorridos. iii) Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. v) Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. **2.4 Imobilizado** - Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada em anos é demonstrado no quadro abaixo:

	2013 e 2012
Instalações	10
Móveis e Equipamentos de informática	5 - 10
Veículos	5
Benefetórias em Imóveis de Terceiros	5
Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. <b>2.5 Intangível</b> - i) Ativos intangíveis de vida útil definida: São compostos substancialmente de direito de uso de <i>software</i> , possuem vida útil definida e são amortizáveis linearmente levando em consideração sua vida útil que reflita no benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Mudanças na vida útil esperada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A amortização é calculada pelo método linear e a sua taxa anual em percentual é demonstrada no quadro abaixo:	
	%
Direito de uso de <i>software</i>	20

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, é reconhecida no resultado quando o ativo é baixado. **2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, inclusive as unidades geradoras de caixa, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.7 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.8 Impostos** - i) Imposto de renda e contribuição social: A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornaram definitivas quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação. A recuperação do saldo dos impostos diferidos de ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. ii) Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, • quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.9 Reconhecimento de receita** - As receitas são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. **Prestação de Serviço** - A receita de prestação de serviços é reconhecida quando ocorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Sociedade. **Receita de juros** - A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. **2.10 Transações em moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em reais, sua moeda funcional. As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.11 Despesas com plano de aposentadoria** - A Sociedade patrocina com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano aberto, que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida. A Sociedade oferece um portfólio de outros benefícios aos empregados nas áreas de saúde, educação, cultura/lazer e serviços. Os benefícios possuem regras específicas, quanto a valores, participação e abrangência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os gastos com o plano de aposentadoria, apropriados ao resultado do exercício foram de R\$ 1.115 (R\$ 1.198 em 2012). **2.12 Arrendamento mercantil** - A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início. Nos contratos de arrendamentos financeiros em que se transfere para a Sociedade substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado, são capitalizados no início da locação pelo valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos da locação são divididos entre os encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento de forma a alcançar uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Encargos financeiros são reconhecidos nos custos de financiamento na demonstração do resultado. Um ativo arrendado é depreciado durante sua vida útil. Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração dos resultados linearmente durante o prazo de arrendamento. As despesas ocorridas no exercício de 2013 foram de R\$2.581 (R\$2.017 em 2012). **2.13 Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco

envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que estas são revistas, se a revisão afetar apenas este período. Ou também períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. i) **Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros**: Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Sociedade avalia ao fim de cada período se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Durante o exercício corrente, a Sociedade julgou não haver evidências de desvalorização que possa comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos. ii) **Vida útil dos bens do imobilizado**: A Sociedade revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes. iii) **Provisões para riscos**: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões para riscos são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. iv) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**: São reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, premissas de mercado, tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	2.763	6.091
Aplicações financeiras		
Terceiros	56.629	41.638
	59.392	47.729

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados

### 8. Imobilizado - A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

	Instalações	Móveis e equipamentos de informática	Benefetórias em Imóveis de Terceiros	Veículos	Imobilizações em curso	Total
<b>2013</b>						
Custos						
Saldo em 31/12/2012	609	11.225	2.451	8.418	25	22.728
Adições	40	632	475	2.950	2.712	6.809
Baixas	(13)	(486)	(25)	(2.713)	-	(3.237)
Reclassificações	(11)	11	1.972	-	(1.972)	-
Reversão de provisão	-	-	-	-	340	340
Saldo em 31/12/2013	625	11.382	4.873	8.655	1.105	26.640
Depreciação						
Saldo em 31/12/2012	(93)	(7.350)	(1.337)	(3.577)	-	(12.357)
Despesas de depreciação	(56)	(1.001)	(301)	(1.594)	-	(2.952)
Baixas	2	429	24	1.681	-	2.136
Saldo em 31/12/2013	(147)	(7.922)	(1.614)	(3.490)	-	(13.173)
Valor residual em 31/12/2013	478	3.460	3.259	5.165	1.105	13.467

### 2012

	Instalações	Móveis e equipamentos de informática	Benefetórias em Imóveis de Terceiros	Veículos	Imobilizações em curso	Total
Custos						
Saldo em 31/12/2011	161	14.587	1.400	7.358	1.047	24.553
Adições	448	1.240	989	1.869	-	4.546
Baixas	-	(4.908)	-	(1.005)	-	(5.913)
Reclassificação para Intangível	-	306	62	196	(564)	-
Baixa	-	-	-	-	(458)	(458)
Saldo em 31/12/2012	609	11.225	2.451	8.418	25	22.728
Depreciação						
Saldo em 31/12/2011	(57)	(11.071)	(1.298)	(2.639)	-	(15.065)
Despesas de depreciação	(36)	(1.158)	(40)	(1.476)	-	(2.710)
Baixas	-	4.879	-	539	-	5.418
Saldo em 31/12/2012	(93)	(7.350)	(1.337)	(3.578)	-	(12.357)
Valor residual em 31/12/2012	516	3.875	1.114	4.840	25	10.371

### 9 Intangível

	Desenvolvimento de Software	Direito de uso de Software	Total
<b>2013</b>			
Custos			
Saldo em 31/12/2012	2.214	13.623	15.837
Adições	5.517	716	6.233
Transferência	(1.472)	1.472	-
Saldo em 31/12/2013	6.259	15.811	22.070
Amortização			
Saldo em 31/12/2012	-	(7.622)	(7.622)
Despesas de amortização	-	(2.129)	(2.129)
Saldo em 31/12/2013	-	(9.751)	(9.751)
Valor residual em 31/12/2013	6.259	6.060	12.319

### 2012

	Desenvolvimento de Software	Direito de uso de Software	Total
Custos			
Saldo em 31/12/2011	552	11.731	12.283
Adições	1.662	1.917	3.579
Baixas	-	(483)	(483)
Transferência I	-	458	458
Saldo em 31/12/2012	2.214	13.623	15.837
Amortização			
Saldo em 31/12/2011	-	(5.848)	(5.848)
Despesas de amortização	-	(1.867)	(1.867)
Baixas	-	93	93
Saldo em 31/12/2012	-	(7.622)	(7.622)
Valor residual em 31/12/2012	2.214	6.001	8.215

### 10 Fornecedores

	2013	2012
Moeda nacional		
Partes relacionadas (nota 16)	957	460
Terceiros	20.622	15.154
Subtotal moeda nacional	21.579	15.614
Moeda Estrangeira		
Partes relacionadas (nota 16)	1.254	706
Subtotal moeda estrangeira	1.254	706
TOTAL	22.833	16.320

### 11 Obrigações sociais e salários

	2013	2012
Provisão para férias	12.060	11.502
Provisão para participação nos lucros e resultados	9.014	8.658
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a Recolher	2.195	1.996
Remuneração a empregados	2.103	449
Outros	996	710
TOTAL	26.368	23.315

### 12 Obrigações tributárias

	2013	2012
PIS e CONFINS a recolher	1.636	1.782
IRRF a recolher	958	868
REFIS IV a pagar	3.790	3.909
ISSQN a recolher	57	368
Impostos e contribuições retidos na fonte	118	165
Outros	751	551
TOTAL	7.310	7.643
Circulante	3.090	3.439
Não circulante	4.220	4.204

de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

### 5. Contas a receber de clientes

	2013	2012
Moeda Nacional		
Partes Relacionadas (nota 16)	19.017	19.208
Terceiros	1.607	2.791
Subtotal - Moeda Nacional	20.624	21.999
Moeda Estrangeira		
Partes Relacionadas (nota 16)	337	586
Subtotal - Moeda Estrangeira	337	586
TOTAL	20.961	22.585

O saldo de clientes por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está distribuído conforme segue:

	2013	2012
A vencer	10.571	20.357
Vencidos até 30 dias	7.123	1.611
Vencidos de 31 a 60 dias	1.186	309
Vencidos de 61 a 90 dias	1.306	30
Vencidos à mais de 90 dias	775	278
TOTAL	20.961	22.585

### 6. Impostos a recuperar

	2013	2012
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social	2.856	9.587
PIS e COFINS a recuperar	1.128	228
Demais tributos	294	15
	4.278	9.830

Os saldos de impostos a recuperar vêm sendo compensados e são considerados pela Administração da Sociedade como realizáveis no curso normal de suas atividades.

### 7. Depósitos judiciais

Referem-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, trabalhista e cível. Quando aplicável, os passivos correspondentes a estas causas estão provisionados na rubrica "Provisões para riscos", no passivo não circulante.

	2013	2012
Cível	344	775
Trabalhista	1.431	1.478
Tributária	1.120	689
TOTAL	2.895	2.942

	Instalações	Móveis e equipamentos de informática	Benefetórias em Imóveis de Terceiros	Veículos	Imobilizações em curso	Total
<b>2013</b>						
Custos						
Saldo em 31/12/2012	609	11.225	2.451	8.418	25	22.728
Adições	40	632	475	2.950	2.712	6.809
Baixas	(13)	(486)	(25)	(2.713)	-	(3.237)
Reclassificações	(11)	11	1.972	-	(1.972)	-
Reversão de provisão	-	-	-	-	340	340
Saldo em 31/12/2013	625	11.382	4.873	8.655	1.105	26.640
Depreciação						
Saldo em 31/12/2012	(93)	(7.350)	(1.337)	(3.577)	-	(12.357)
Despesas de depreciação	(56)	(1.001)	(301)	(1.594)	-	(2.952)
Baixas	2	429	24	1.681	-	2.136
Saldo em 31/12/2013	(147)	(7.922)	(1.614)	(3.490)	-	(13.173)
Valor residual em 31/12/2013	478	3.460	3.259	5.165	1.105	13.467

	Instalações
--	-------------